



EDITORIAL DRd - v. 7, n. 1 (2017)

Apresentamos a primeira edição de 2017 da revista *Desenvolvimento Regional em debate*, com onze artigos, de autores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará.

Iniciamos a edição com o artigo *As diferentes interpretações dos conceitos de Indicações Geográficas por instituições brasileiras*, o qual polemiza questões sobre a Indicação Geográfica (IG) no Brasil, reafirmando alertas de outros autores quanto às divergências em relação às normas internacionais, neste caso, referindo-se às diferentes formas de interpretação dadas pelas instituições quanto ao conceito de notoriedade e reputação e como isso reflete nos processos de IG.

Seguem-se três artigos que abordam questões relacionadas ao espaço rural, sendo que o primeiro deles, *Evolução dos sistemas agrários no território de produção do “abacaxi terra de areia” no litoral do Rio Grande do Sul*, tem relação com o tema IG. O mesmo faz caracterizações e análises sobre o cultivo do abacaxi, conhecido como “terra de areia”, que ocorre em pequenas propriedades no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com o propósito de levantar dados e discutir o potencial para habilitar-se ao instituto da IG. A caracterização é feita a partir da reconstituição dos sistemas agrários, situando o cultivo do abacaxizeiro na história da região. Assim, nos estudos preliminares, as condições de solo são apontadas como um fator importante para explicar a notoriedade do abacaxi localmente produzido. O segundo artigo, *Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no Noroeste Gaúcho*, parte da afirmação de que as formulações teóricas mais recentes evidenciam a importância da relação dos agricultores familiares com os mercados, tanto para sua reprodução social, quanto para as dinâmicas de desenvolvimento rural e que, dependendo do tipo de relação com o mercado, os sujeitos passam a situar-se numa posição de maior ou menor autonomia, ampliando ou restringindo as possibilidades de sua reprodução. O foco de análise está no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal brasileiro. Os resultados evidenciam diferentes efeitos do programa em duas cooperativas analisadas, em relação à autonomia dos agricultores. Já o terceiro desse primeiro grupo de artigos, *A pobreza rural no Estado do Espírito Santo: invisibilidade e ações de enfrentamento a partir da implementação do Programa Incluir no Campo*, avalia o impacto de políticas públicas na redução da pobreza rural, tomando como foco de observação um programa implementado pelo Estado do Espírito Santo, utilizando entrevistas com gestores e extensionistas rurais, além da análise de dados censitários e estudo sobre os principais aspectos que orientam o *Programa Incluir no Campo*. A análise do *Programa* aponta uma nítida contradição entre os pressupostos da perspectiva das capacitações, presentes na sua concepção, e a utilização do fator renda como critério para definição do público-alvo, o que pode ser apontado como variável que explica situações de invisibilidade das pessoas em situação de extrema pobreza no meio rural.

Outros quatro artigos abordam questões relacionadas ao setor empresarial e urbano. O primeiro deles, *Espacialização industrial brasileira e nordestina: retratos e retalhos da*

fragmentação de um território se propõe analisar a dinâmica industrial brasileira e nordestina à luz das políticas de desconcentração industrial, entre 1985 e 2011. Os resultados mostram que o processo de desconcentração industrial ocorreu de forma ainda bastante centralizada nas regiões Sul e Sudeste, com perda de participação desta e ganho relativo daquela. No que se refere aos estados do Nordeste, a dinâmica da região ocorreu com forte concentração nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O segundo, *Aglomerações produtivas por intensidade tecnológica e o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses: uma análise espacial* investigou a relação existente entre o desenvolvimento econômico e os aglomerados produtivos, dos 399 municípios paranaenses, entre 1998 e 2014. Os resultados demonstram a existência de um efeito positivo das aglomerações, especialmente as da indústria de baixa tecnologia, sobre o desenvolvimento econômico nos municípios do Paraná. A indústria de alta tecnologia não se apresentou estatisticamente significativa, como variável explicativa para impulsionar o desenvolvimento dos municípios paranaenses. Também com utilização de análise estatística, o terceiro artigo da série, *Perfil locacional do emprego formal nas microrregiões do Rio Grande do Sul: 2004/2014* analisa a distribuição do emprego formal nas microrregiões do Rio Grande do Sul, nos anos 2004 e 2014, destacando quais atividades fazem parte da base exportadora. O estudo aponta que a especialização das microrregiões do RS está caminhando, cada vez mais, para a exportação de produtos secundários, com especialização tendendo ao setor terciário. Contudo, a agricultura mostrou ser um ramo que impulsiona as demais atividades, devido ao encadeamento para trás e para frente, atraindo e concentrando o emprego na maioria das microrregiões. Já o último artigo sobre a atividade industrial, *A precarização das condições de trabalho em “facções” do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: a face oculta da reestruturação produtiva* está focado nos impactos da atividade urbano-industrial, na precarização das condições de trabalho, em virtude do avanço da terceirização. Os aspectos analisados foram a identidade profissional, a saúde e a renda dos operários. Os resultados apontam elementos para o debate, do polêmico tema da terceirização, com contribuições para a elaboração de políticas públicas e o enfrentamento de situações de precarização.

Os últimos três artigos tratam de temas distintos. O primeiro, *O papel do Estado nas interpretações histórico-econômicas*, propõe-se apresentar um estudo de cunho teórico sobre o papel do Estado na economia, a partir da abordagem teórica que infere acerca do Estado e suas ações no mercado, à luz da teoria econômica. A partir daí, buscou-se, nos pressupostos teóricos clássicos, resgatar a discussão acerca do Estado quanto provedor no desempenho econômico. O norte central da investigação foi os pressupostos clássicos, keynesianos e institucionalistas com destaque em Douglas North. As principais contribuições destes autores revelam divergências acentuadas, mas com posicionamento afirmativo acerca da importância no crescimento econômico. O segundo artigo, *Transição demográfica no Rio Grande do Sul: um processo desafiador* analisa a transição demográfica no Rio Grande do Sul, com o fim de identificar oportunidades e desafios para os gestores. Os resultados mostram que o Estado está vivenciando o Primeiro Dividendo Demográfico, causado pela redução na taxa de dependência, devido à queda no número de jovens e aumento na população em idade ativa, e pelo crescimento da renda per capita, abrindo-se com isso várias oportunidades para melhoria na qualidade de ensino e qualificação da mão de obra. Como desafios, o estudo mostra que cresce rapidamente o número de idosos e a expectativa de vida, o que eleva a permanência dos mesmos nos programas sociais, impactando nos gastos orçamentários. Já o último artigo, *Sustentabilidade urbana e o desenvolvimento da cidade de São Francisco (EUA)*, objetiva identificar e descrever as práticas sustentáveis adotadas pela Administração Pública da cidade de São Francisco, localizada no Estado da Califórnia (EUA), por meio da condução de uma

pesquisa exploratória, caracterizada como descritiva e documental. São descritas práticas sustentáveis empregadas pela municipalidade, contemplando questões ambientais, econômicas e sociais, visando o desenvolvimento sustentável. A partir do estudo, os autores propõem a participação pública na geração de indicadores de sustentabilidade, visando à prática efetiva da democracia local na governança das cidades.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Valdir Roque Dallabrida - Editor-Chefe

Maria Luiza Milani - Editora Executiva